



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O PENSAMENTO DA GEOGRAFIA ESCOLAR EM MANAUS: UM PASSEIO PELAS DÉCADAS DE 70 E 80

Bianca da Silva Doza
bdoza99@gmail.com¹

Amélia Regina Batista Nogueira
ameliabatista@ufam.edu.br

Resumo

Esse texto contém os resultados de uma pesquisa de iniciação científica que reconstituiu, histórica e geograficamente, o ensino de geografia em Manaus das décadas de 1970 a 1980, períodos que antecederam a institucionalização do curso de licenciatura em Geografia na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Para isso, buscou-se responder as seguintes questões: quem, o que e como se ensinava geografia em Manaus nas décadas de 1970 a 1980, tendo em vista que a primeira Licenciatura Plena em Geografia em Manaus foi criada em 1981, na Universidade Federal do Amazonas, sendo o único do estado durante quase duas décadas. Com a pesquisa, foi possível entender o processo de formação e atuação dos professores de Geografia, e assim compreender as mudanças no ensino dessa ciência após a atuação dos professores formados. Dessa forma, essa investigação permitiu a compreensão da formação do pensamento geográfico na escola, pois este é anterior à geografia acadêmica e influencia e é influenciado por essa última.

Palavras-chave: Geografia escolar, pensamento geográfico.

Introdução

A Geografia se institucionaliza enquanto ciência no final do século XVIII, em meio a formação dos Estados Nacionais e com eles o processo de publicização da educação escolar. Nesse feito, a Alemanha, Estado que compreendeu ser necessário ensinar Geografia a seus cidadãos, pois era preciso definir territórios nacionais, conhecê-los, descrevê-los, representá-los e amá-los para consolidar a ideia de pátria-nação, que contribuiria com a construção do patriotismo.

No Brasil, a Geografia acadêmica se institucionaliza na Universidade de São Paulo (USP) em 1930. Porém, é priorizado seu caráter técnico, com objetivo de estudar o Brasil para interferir em políticas públicas. A formação de professores, por sua vez, ficou a cargo de uma complementação pedagógica na Faculdade de Educação, com caráter de curso de Estudos Sociais, no qual o professor sairia habilitado para ministrar aulas de Geografia e História. Estes, a partir de 1935, passaram a

¹ O trabalho é fruto de uma iniciação científica voluntária realizada na Universidade Federal do Amazonas.



assumir a formação escolar. Contudo, essa formação ficou restrita ao Estado de São Paulo, mais particularmente a capital.

Destaca-se ainda o curso Livre Superior de Geografia oferecido no Colégio Dom Pedro II no Rio de Janeiro em 1926, destinado à formação de professores de Ensino Fundamental de Geografia (VLACH, 2004). O evento foi organizado pelo advogado franco-brasileiro Carlos Miguel Delgado de Carvalho, que pretendia formar professores de Geografia numa perspectiva fundamentada nas leituras de Ratzel, que destacava a formação pautada no discurso de um ensino que enalteceu o sentido da Pátria, de Nação, pois o Brasil vinha de uma série de movimentos separatistas, fazendo necessário um discurso de unificação territorial.

Em Manaus, a institucionalização do curso superior de licenciatura em Geografia ocorreu em 1981. Antes disso, já havia o ensino dessa ciência nas escolas públicas e privadas. Diante dessa questão, como se deu esse processo de formação? Que Geografia era ensinada?

Para responder essas questões, apresentaremos os resultados de uma iniciação científica iniciada em 2019 e finalizada em 2021. Tivemos como objetivo principal compreender como ocorreu o processo de formação dos professores de Geografia e com quais perspectivas teórico-metodológicas se deu a consolidação do pensamento da Geografia escolar em Manaus nas décadas de 1970 a 1980.

Diante disso, foi necessário investigar quem ensinava Geografia antes da institucionalização do curso de Licenciatura Plena em Geografia, entender qual a importância dos Cursos de Licenciaturas curtas em Estudos Sociais nesse processo de formação e identificar quais temas e perspectivas teóricas pautavam o ensino de Geografia escolar.

Como procedimento metodológico, buscamos experiências dos educadores que atuaram no ensino de Geografia nas décadas de 1970 e 1980. Devido às necessárias medidas protetivas em decorrência da pandemia de Covid-19 e a consequente suspensão das aulas presenciais, essa busca ocorreu da seguinte forma: levantamento bibliográfico para encontrar relatos de professores de Geografia que atuaram nesse período e uma entrevista virtual semiestruturada.

No primeiro momento, recorreremos ao texto de Vesentini (2002). Já na entrevista virtual semiestruturada, contatamos um professor do Departamento de Geografia (DEGEO) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que trabalhou no ensino básico ao longo das décadas



de 1980. Essa entrevista ocorreu de forma remota e teve como roteiro as experiências do entrevistado antes, durante e depois da graduação, bem como a metodologia de ensino na educação básica.

Por fim, foi realizada uma investigação documental nas escolas existentes há pelo menos cinquenta anos em Manaus. Nesse processo, entramos em contato com os diários de classe das escolas estaduais Márcio Nery e Raimundo Gomes Nogueira.

A trajetória do ensino de Geografia narrada pelos educadores

Para identificar quem eram o(s) professores(as) e como ensinavam Geografia nas décadas de 1970 e 1980, recorreremos primeiramente ao relato de Vesentini (2002), quando ele refletiu a Geografia ensinada no Brasil a partir de sua experiência em texto como professor do ensino básico. A riqueza desse (i)material deve ser incorporada na análise, uma vez que “o narrador retira o que ele conta da experiência: de sua própria experiência ou da relatada por outros. E incorpora, por sua vez, as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1987, p. 217).

O professor Doutor José William Vesentini (2002) proporciona um depoimento reflexivo enquanto estudante de Geografia da USP no início da década de 1970 e professor do ensino básico até a década de 1980. Nessa exposição, o autor percebia uma subvalorização da formação docente em comparação ao especialista e, principalmente, planejador (p. 235).

Destaca ainda a valorização do setor industrial e militar e seus efeitos na desvalorização do(a) professor(a), pois as empresas poderiam realizar uma formação técnica dos estudantes. No caso do ensino de Geografia, o autor evidencia a redução da carga horária da disciplina e do prestígio nas escolas, sendo inaceitável a reprovação em Geografia no período em que lecionou no ensino médio (p. 236-237).

Outra fonte de reflexão dessa pesquisa foram as narrativas obtidas por meio de uma entrevista virtual com um professor do Departamento de Geografia da UFAM, realizada no dia 4 de fevereiro de 2021. Nessa etapa, o entrevistado compartilhou suas experiências antes, durante e depois da graduação.

O entrevistado em questão ingressou no ensino superior no início da década de 1980, integrando a segunda turma do recente curso de Licenciatura Plena em Geografia. Antes do curso de Licenciatura em Geografia, não pretendia ser professor, afirmando não ter o perfil necessário por



ser tímido. A escolha pelo curso se deu pelas limitações de oportunidade devido sua origem e condição socioeconômica enquanto residente da área rural, dificultando o ingresso num curso mais concorrido.

Segundo o entrevistado, o perfil dos docentes do recente curso de Licenciatura em Geografia na UFAM era, majoritariamente, migrantes de estados como Rio de Janeiro, Maranhão e Pará, militares e profissionais de outras áreas, como Serviço Social. Parte dos estudantes da primeira turma já possuíam graduação em áreas como Estudos Sociais, Estatística e Direito.

A experiência do entrevistado como professor na educação básica começou no 3º período da graduação, quando conseguiu “meia cadeira” (carga horária de 16 horas) na Escola Estadual Presidente Castelo Branco, em Manaus. Após a conclusão do curso, foi nomeado para “uma cadeira” (carga horária de 20 horas) na Escola Estadual Olga Falcone, da qual participou somente da inauguração. Nessa jornada, a sua timidez foi amenizada logo no início, “com a ajuda de Madalena”, professora de Matemática que foi sua colega na primeira instituição.

Ministrou aulas para o 1º e 2º graus (atual Ensino Médio), se identificando mais com 2º grau devido ao comportamento “eletrizante” dos estudantes e a necessidade de uma linguagem simples nas turmas do 5º ano do 1º grau (atual Ensino Fundamental). Pediu demissão do trabalho de meio período e transferiu a “cadeira” da escola Olga Falcone para a Castelo Branco. A partir daí, ficou com turmas do 1º e 3º ano, ministrando Estudos Regionais.

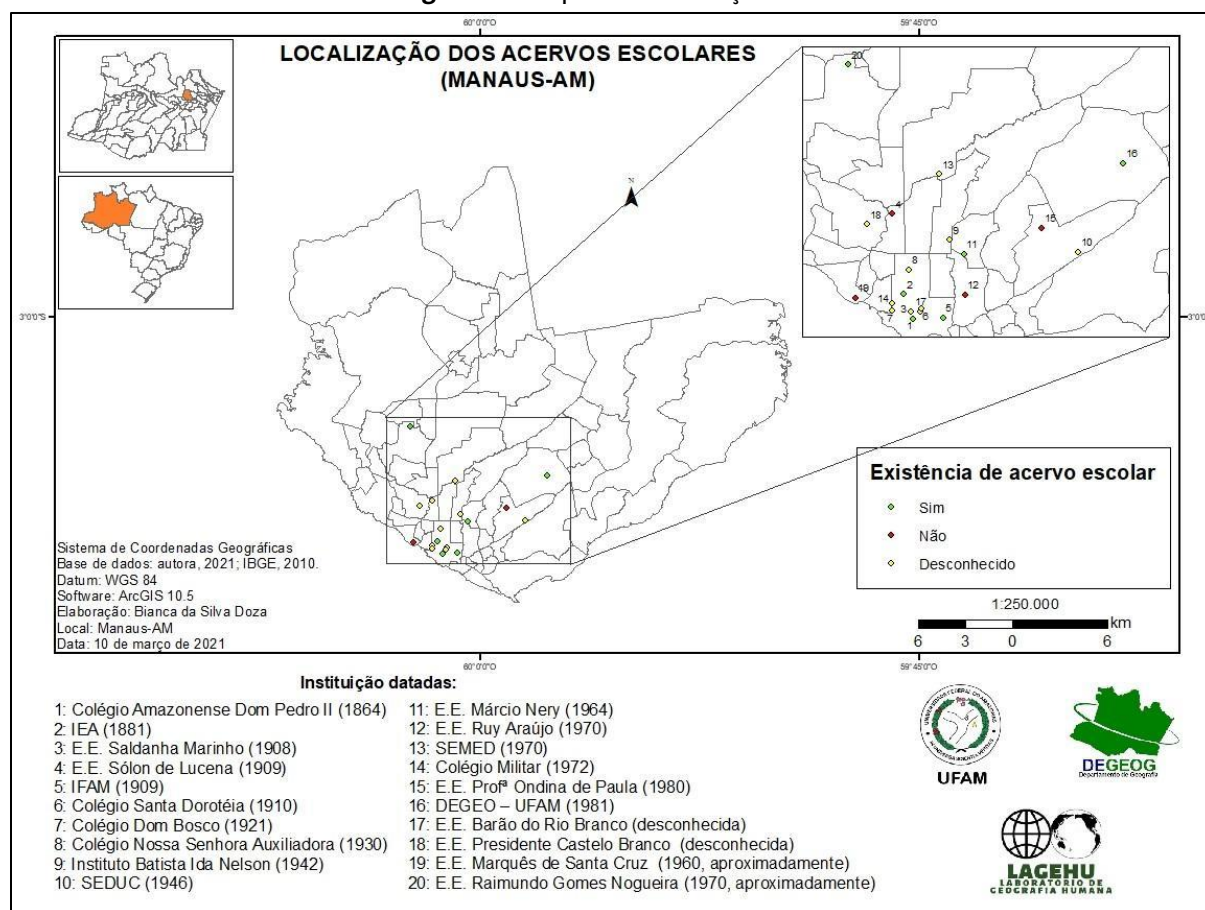
Sua metodologia de ensino era “tradicional”, utilizava apenas o “gogó” e o projetor de slides (aparelho que projetava a imagem de um papel transparente para o quadro). Em sua prática docente, o livro mais utilizado até início da década de 80 era de autoria de Melhem Adas, posteriormente predominou os livros de Vesentini, pois incluía o discurso dominante.

A partir dessas narrativas, foi possível investigar quem ensinava Geografia e quais temas e perspectivas teóricas pautavam o seu ensino. Isso se deve ao compartilhamento das práticas pedagógicas, possibilitando acessar as motivações, dificuldades e metodologias desses sujeitos dentro da totalidade história.

O ensino de Geografia em Manaus descrito nos diários de classe

Além das narrativas dos educadores, foram realizadas pesquisas nos acervos das escolas com pelo menos cinquenta anos de existência. A partir desse procedimento investigativo, foi possível caracterizar os acervos das escolas de Manaus (imagem 1):

Figura 1 - Mapa de localização dos acervos.



Fonte: Bianca da Silva Doza, 2021.

A partir da imagem 1, nota-se uma concentração das escolas mais antigas na zona Sul, enquanto as escolas mais recentes, especialmente as que foram fundadas entre 1960-1973, refletem o processo de descentralização da cidade. Para entender a distribuição espacial do presente, faz-se necessário embarcar numa viagem ao século XVII e desembarcar nas décadas de 1970 e 1980.

A cidade de Manaus foi criada no século XVII, e seu núcleo urbano iniciou-se com o Forte da Barra de São José, tornando-se a cidade da barra em 1848. Pertencente ao estado do Grão-Pará até 1849, no ano seguinte o Amazonas é elevado à categoria de província. Seis anos depois, a antiga Cidade da Barra, agora denominada de Manaus, torna-se capital do estado.



Nesse processo, segundo Duarte (2009), Manaus recebeu a primeira escola de ensino primário em 1838. Atualmente, a instituição mais antiga ainda em funcionamento é o Colégio Amazonense Dom Pedro II (1864), cuja fundação reflete a expansão dessas instituições pelo Brasil no período imperial, aos moldes do Colégio Dom Pedro criado no Rio de Janeiro, que ditava o ensino na época (PONTUSCHKA, 2002).

As grandes construções do centro da cidade, inclusive as escolas, ocorreram no período da exploração da borracha. Em 1913, houve o declínio do apogeu da economia gomífera na cidade, pois não foi possível concorrer com a produção da borracha a preços menores nas colônias inglesas.

A estagnação economia foi modificada com a instalação da Zona Franca de Manaus em 1967, resultando num intenso crescimento populacional. A cidade até então concentrada no centro passou por um processo de urbanização e descentralização acelerada. Para viabilizar a ampliação do número de escolas e atender a população residente, em 1970 foi fundada a Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Esse período foi caracterizado pela ditadura, crescimento urbano, degradação ambiental e o mundo do trabalho diante do capitalismo e socialismo. Perante essa realidade, a Geografia Tradicional apresentou limitações para entender tais fenômenos, o que incentivou um momento positivo de crise e reflexão com o intuito de definir um objeto e compreendê-lo de forma interdisciplinar. No ensino de Geografia, haviam tentativas de renovação para um ensino cujo ponto de partida é o cotidiano do estudante.

Nesse contexto, tivemos acesso ao acervo documental das escolas estaduais Raimundo Gomes Nogueira (existente desde 1970, aproximadamente) e Márcio Nery (fundada em 1964), cujo conteúdo dos diários de classe encontram-se sintetizados nos quadros 1 e 2, respectivamente.

Quadro 1. Síntese dos diários de classe da Escola Estadual Raimundo Gomes Nogueira.

Série	Disciplina	Tema	Metodologia
8ª (1981)	Moral e cívica	Ética, economia, política e religião	Provas e debates
8ª (1981)	OSPB	Demografia, política, ética	Exercícios em classe, provas e trabalhos
5ª e 6ª (1982)	História e Geografia	Política e região	Palavra cruzada oral, provas, exercícios, trabalhos e revisão

Fonte: Bianca da Silva Doza (organização), 2020.



A partir do quadro 1, foi possível ter contato com as disciplinas criadas no período ditatorial e que substituíram o ensino de Geografia como disciplina autônoma. Com base nas informações dos diários de classe, nota-se que a disciplina Moral e Cívica enfatiza a ética e o comportamento humano, incluindo ainda ciência política e religião. Para isso, foi utilizada uma metodologia baseada principalmente em provas e eventuais debates. Além das aulas, o diário de classe também consta o registro de momentos dedicados a hinos nacionais.

A disciplina Organização Social e Política do Brasil (OSBP), por sua vez, é a que mais enfatiza Ciência Política. Tal ênfase se deu no período da ditadura militar e priorizou a descrição do aparelho estatal autoritário com um fato natural. No que tange a metodologia, nota-se uma diversificação se comparada às avaliações de Moral e Cívica. Por fim, na disciplina História e Geografia, ensinadas conjuntamente, prevalece o ensino sobre os presidentes da república e regiões do Brasil, sobretudo o Centro-Oeste.

No ensino superior, as ciências humanas foram sintetizadas no curso de Estudos Sociais, que pretendia abranger Geografia, História, Economia, Sociologia, Política e Antropologia (CONTI, 1976). Segundo Schäffer (1988), o objetivo era aumentar o número de professores habilitados por meio da implementação de licenciaturas curtas (4 semestres).

Contudo, além de não atender as demandas para os educadores e concentrar a qualificação na região sudeste, esse processo descaracterizou as Ciências Humanas e esvaziou os cursos de licenciatura dessas áreas do saber. Tal situação foi enfrentada com diversos protestos das universidades públicas e associações de Geografia, História e Sociologia.

A partir dos diários de classe, foi possível verificar que as ciências humanas, ensinadas numa só ciência denominada de Estudos Sociais, enfatizava a ideia de pátria. A Geografia torna-se autônoma enquanto disciplina a partir desse contexto, mas o patriotismo o acompanha, uma vez que, segundo Lacoste (1976), a ideia nacional é um fato geográfico que fundamenta essa ideologia na superfície da terra como um dado natural.

Com base nesses diários, conseguimos investigar o que ensinavam em Geografia antes da institucionalização do curso de Licenciatura Plena em Geografia, uma vez que tivemos acesso aos registros das aulas desses(as) professores(as). Para isso, foi necessário ainda contextualizar essa ciência humana na reforma do ensino de 1971, elucidada por Conti (1976) e SCHÄFFER (1988),



possibilitando entender a influência dos Cursos de Estudos Sociais e licenciaturas curtas nesse processo de formação.

Quadro 2. Síntese dos diários de classe da Escola Estadual Márcio Nery.

Série	Disciplina	Tema	Metodologia
Ginasial, 3º série (1970)	Geografia	Continentes, relevo, hidrografia, clima, vegetação, cidades e divisão política	Conversas, provas, exercícios, trabalhos, revisão e estudos dirigidos
1º grau, 8º série (1976)	Geografia	Continentes, relevo, hidrografia, clima, vegetação, URSS, cidades, divisão política, população e cultura	Estudos dirigidos, prova, exercícios, trabalhos individuais e em equipe, leituras, palavras cruzadas geográficas, mapas e palestra
1988 (1º grau, 8º série)	Geografia	Continentes, relevo, hidrografia, clima, vegetação, cidades, divisão política, população, economia e transporte	Mapas, trabalhos, provas, estudos dirigidos

Fonte: Bianca da Silva Doza (organização), 2020.

Já nos diários de classe da Escola Estadual Márcio Nery, todos os documentos correspondem à disciplina de Geografia ministrada no ensino médio. De forma geral, nota-se que a ciência geográfica ensinada abordava, principalmente, os continentes a partir de uma caracterização física, populacional e econômica.

O primeiro diário de classe enfatiza-se a hidrografia, clima, relevo, vegetação, divisão política e cidades dos continentes. Para concretizar esses temas na sala de aula, apesar da predominância de metodologias tradicionais, foram utilizados recursos com conversação e estudos dirigidos, bem com a constante verificação da aprendizagem.

Já o material de 1976, essa abordagem descritiva dos continentes se mantém, tendo ainda elementos como língua e religião. Além disso, dentre os diários analisados, é o único que fala sobre os países socialistas. Como metodologia, há um amplo uso de mapas nas aulas e nas atividades avaliativas, tais como atlas, mapa de relevo, clima, vegetação e divisão política. Ademais, tem-se uma maior participação e interação dos (as) estudantes por meio de exercícios orais, trabalhos em equipe e estudos dirigidos, bem como atividades lúdicas com o uso de “palavras cruzadas geográficas”.

No contexto do segundo diário de classe, a reforma do ensino de 1971 já estava em vigor. Por isso, houve debates nas universidades e associações. Em contrapartida, também houve planejamentos para a efetivação da reforma. No que tange a formação de professores, dois anos antes foi fundado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) o curso de Estudos Sociais, e



mesmo com a existência do curso e da reforma no ensino a disciplina de Geografia se manteve nos anos analisados.

Por fim, o diário de classe de 1988, nota-se a inserção de temas como agropecuária, extrativismo e usinas hidrelétricas. No que tange a metodologia, apesar de manter o uso de mapas, contém algumas mudanças. Primeiramente, nota-se que os continentes são abordados de forma comparativas, enfatizando aspectos populacionais e econômicos, e descritos detalhadamente num quadro demonstrativo.

No final da década de 1980, os debates sobre novas metodologias de ensino como alternativa se intensificaram, bem como as análises críticas sobre os materiais usados no ensino. Em relação a formação de professores, em 1981 foi criado o curso de Licenciatura em Geografia na UFAM. Apesar das reflexões e ampliação dos cursos de Geografia, uma formação crítica era novidade nos currículos universitários das Licenciaturas Plenas em Geografia que se consolidavam no Amazonas.

A partir dos diários de classe da Escola Estadual Marcio Nery, foi possível identificar os temas e perspectivas teóricas que pautavam o ensino de Geografia. Com base nesses documentos, foi possível observar o movimento das ideias antes e depois da institucionalização do curso de Licenciatura em Geografia na UFAM.

Em suma, os diários de classe demonstram que o ensino de Geografia em Manaus descrevia lugares distantes num recorte continental, bem como disseminava elementos patrióticos (especialmente quando ensinada junto a História). Apesar da predominância de abordagens descritivas, tem-se a gradativa inserção de temas relativos a economia e a natureza, bem como metodologias que estimulam a interação entre professor(a) e estudante, pois uma abordagem crítica era recente no estado.

Considerações finais

Desde a fundação de Manaus, fez-se necessário garantir o acesso à educação e a incorporação da realidade no processo de ensino-aprendizagem, seja para desvendá-la ou ocultá-la. Nesse sentido, a formação de professores visava suprir as necessidades da população crescente



na cidade, as exigências da formação impostam pelas reformas de ensino e o diálogo de propostas metodologias da Geografia e Pedagogia.

A partir das narrativas, foi possível identificar o contexto da atuação docente, caracterizado pela desvalorização do professor de Geografia em comparação ao técnico voltado à indústria e ao geógrafo(as) planejador(a), as dificuldades didáticas com as séries iniciais e transição do livro didático vigente. Já os diários de classe possibilitaram entender que Geografia era ensinada visava descrever os aspectos físicos e humanos de lugares distante e exaltar elementos patrióticos, como o território e as datas comemorativas.

Diante dessa reflexão, tanto as narrativas quanto os diários de classe investigados possibilitaram compreender o pensamento da Geografia escolar antes e depois de sua institucionalização na universidade. Sendo assim, nota-se que a escola é uma instituição que influencia o conjunto de conceitos e teorias do pensamento geográfico, cuja difusão se dá de forma desigual no espaço.

Referências bibliográficas

- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.
- CONTI, José Bueno. A Reforma do Ensino de 1971 e a Situação da Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, nº 51, p. 57-73, 1976.
- DUARTE, Durango. **Manaus: entre o passado e o presente**. Manaus: Mídia Ponto Comm, 2009.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 19 ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- PONTUSCHKA, Nídia Nacib. A Geografia: pesquisa e ensino. In: CARLOS, Ana (org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 111-142.
- SCHÄFFER, Neiva Otero. Os Estudos Sociais Ocupam Novamente o Espaço... da Discussão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, nº 4, p. 97-108. 1988.
- VESENTINI, José Willian. A formação do professor de Geografia – algumas reflexões. In: PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (org.). **Geografia em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 235-240 p., 2002.
- VLACH, Vânia Rubia Farias. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004. p. 187 – 218.